

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, informações quanto à elevação do custo de energia em R\$ 7,4 bi.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à elevação do custo de energia em R\$ 7,4 bi.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*¹, publicada no último dia 9 de agosto, barreiras burocráticas e regulatórias vão impor neste ano um custo de **R\$ 7,4 bilhões** às empresas do setor elétrico, o que pode representar até 10% do PIB do setor. A estimativa do impacto, que contribui para pressionar as tarifas, foi divulgada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

A maior parte das perdas se dá em decorrência da dificuldade dos empreendedores em cumprir os prazos fixados para a conclusão das obras das usinas de geração de energia, considerados irrealistas pelo setor.

¹ Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/228913-burocracia-eleva-custo-da-energia-em-r-74-bi.shtml>, consultado em 9/08/2015.

Com os atrasos, as geradoras são obrigadas a comprar energia no mercado de curto prazo, mais caro, para cumprir os contratos de fornecimento até que as usinas novas entrem em operação. Também ficam sujeitas à cobrança de multas.

Somente esses fatores vão gerar neste ano um custo de R\$ 5,4 bilhões, projeta o levantamento, que foi feito com base em entrevistas com investidores e especialistas em estudos setoriais. A expectativa é que esse custo caia no próximo ano, como consequência do cronograma dos empreendimentos previstos, mas volte a subir em 2017.

Como principal obstáculo ao cumprimento dos prazos, o estudo aponta o **complexo processo de obtenção de licenças ambientais e do aval arqueológico**. O setor reclama que a responsabilidade pela concessão dessas autorizações está pulverizada por uma série de órgãos públicos, federais e estaduais, com exigências que frequentemente se chocam ou sofrem alterações de um empreendimento para outro.

Outra dificuldade, segundo a CNI, é que, pelas regras vigentes, os servidores públicos envolvidos no licenciamento podem ser pessoalmente responsabilizados, em eventuais questionamentos na Justiça. Na opinião dos investidores, isso estimula decisões excessivamente cautelosas e rígidas.

O fato de as licenças poderem sofrer questionamentos mesmo depois de expedidas também é uma queixa recorrente, pois alimenta a imprevisibilidade dos prazos e, conseqüentemente, do risco do investimento.

Para atender à multiplicidade de exigências de licenciamento, e também lidar com o **complexo regime tributário do setor**, sobre o qual incidem vários encargos, as empresas terão um custo de R\$ 1,3 bilhão neste ano, de acordo com levantamento. A CNI levantou uma série de sugestões para lidar com as barreiras, que envolvem de mudanças de prazos a centralização de decisões.

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Ministério de Minas e Energia afirmou, por meio de sua assessoria, que está aberto ao diálogo e que tem promovido reuniões periódicas com os agentes do setor de energia para debater os principais temas.

No levantamento, a CNI computou ainda como barreira burocrática o fato de não ter sido criada uma **regulação específica para o processo de manutenção de turbinas** pelas novas usinas de fio d'água, que operam sem grandes reservatórios, como Belo Monte (PA).

As regras em vigor põem em risco o cumprimento da meta de disponibilidade de geração de eletricidade no país, o que gera multas e também obriga as usinas a comprarem energia no mercado de curto prazo. Os prejuízos nesse caso são estimados em R\$ 700 milhões.

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, fazer as seguintes inquirições:

- O ministério de Minas e Energia, de fato, pretende ouvir ou colocar em prática as sugestões da CNI? Em caso de resposta positiva, quais?
- Há estudo internos no ministério para reduzir os custos do setor, especialmente os mencionados neste requerimento? Quais?

Encarecemos ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, informações e respostas aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB - AM